

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ANTIGAS SOCIEDADES AMAZÔNICAS

Marcos Pereira Magalhães^(*)

RESUMO

Diferente do que acontece nos Andes, na América Central e na América do Norte, na Amazônia jamais foi identificado qualquer sistema de linguagem cuja comunicação representasse a vontade de controle em larga ou mesmo em média escala. Por deficiência cultural, étnica ou dificuldade na adaptação humana à floresta tropical? Não! Muito pelo contrário. Justamente por terem logrado sucesso em tudo isto, é que as sociedades amazônicas foram capazes de desenvolver relações socioculturais únicas e perfeitamente integradas ao mundo onde viveram. Por outro lado, deve-se entender que a Amazônia deixa de ser mera natureza selvagem ao se observar, que muito do que se conhece dela hoje, é fruto da ação histórica do homem nativo antigo.

Palavras-chave: Cultura. História. Sociedades amazônicas.

HISTORICAL EVOLUTION OF THE OLD AMAZONIAN SOCIETIES

ABSTRACT

Unlike what has happened in the areas of the Andes, Central America and North America, in the Amazon a language system which represented the desire of control in a large or even a medium extent has never been identified. Would that be because of some kind of cultural or ethnic deficiency, or could it mean some human difficulties in adapting to the rain forest? No! Actually it was quite the contrary: exactly because they were so successful in all these areas, the societies from the Amazon were able to develop unique social-cultural relationships that granted them a perfect integration to the environment they lived in. On the other hand, we must understand that the Amazon no longer can be considered as mere wild nature if we observe that most of what we know about today is a result of the historic action of the ancient native men.

Keywords: Culture. History. Amazon societies.

^(*) D. Sc. História Social e Política e Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). E-mail: mpm@museu-goeldi.br

1 INTRODUÇÃO

A teoria a ser apresentada foi fruto de análises diversas em torno de objetos de estudos provenientes da cultura material de sociedades de caçadores-coletores, especialmente de vestígios encontrados em Carajás (PA), nas quais a observação de campo, complementada por análises laboratoriais, foi fundamental. Esses estudos foram relacionados a outros, dos quais coordenei ou colaborei como pesquisador. Esses últimos contribuíram com informações importantes procedentes de sítios de pinturas e gravuras rupestres, daqueles conhecidos como cemitérios e “oficinas”, e de numerosos sítios de habitação, de sociedades agricultoras simples e complexas.

Como resultado das observações arqueológicas realizadas compreendo que a antigüidade holocênica da presença humana na

Amazônia, cientificamente consolidada desde a década de 1990 (ROOSEVELT, 1992, 1994; MAGALHÃES, 1993), também vem ao encontro da idéia de que teria existido uma longa duração na formação histórica e sociocultural indígena, cuja complexidade mais tarde alcançada foi fruto de experiências locais milenares e da reorganização sucessiva, mas não linear, de técnicas e práticas culturais originais. Isto quer dizer, que muito antes das sociedades horticultoras, forrageiras e/ou agricultoras se instalarem nas terras baixas amazônicas, estas já haviam sido percorridas e exploradas por caçadores-coletores nômades, milhares de anos antes. Foi a maneira pela qual eles organizaram suas relações sociais nos ambientes nos quais viviam e exploravam, que traçou o rumo sociocultural subsequente.

2 DA CULTURA TROPICAL A CULTURA NEOTROPICAL

Os argumentos em apresentação se baseiam na idéia de que existem muitas trajetórias históricas possíveis para o homem, já que a diversidade na organização humana é maior do que as categorias evolutivas (HAYS, 1993). E também, na idéia de que é o lugar que atribui às experiências sociais, o princípio da realidade histórica (BADIOU, 1996; SANTOS, 2002). As experiências relativizam o sentido histórico a partir do lugar. Mas é também a partir dele que elas são integradas a um conjunto territorial de vida, que lhes atribui efetividade regional. No sítio de um acontecimento, as experiências não derivam de ações ou técnicas isoladas. O efeito da idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras. Experiências particulares são manejadas por grupos sociais portadores de experiências socioculturais diversas e se dão sobre um território que é, ele

próprio, em sua constituição material, diverso, do ponto de vista experimental. É dessa maneira que se constitui uma espécie de tempo histórico do lugar (SANTOS, 2002, p.109). Por outro lado, o conjunto dos territórios, ou seja, de lugares culturais estrategicamente ocupados, se organizam numa região, que é o espaço global para todos esses lugares. A partir dos eventos históricos que ocorrem no sítio do acontecimento (o lugar), um território pode ser socialmente constituído, associando-se a outros territórios dentro de uma mesma região, que passa a apresentar assim, uma cultura global com um padrão comum subjacente.

Diferentes territórios sociais se formam a partir de dissidências internas de um território nuclear; da expansão da exploração dos recursos naturais; da distância entre diversas áreas

tributárias exploradas sazonalmente; de fluxos migratórios diversos, entre outros. Quanto maior for um território, mais intercâmbios interculturais ele apresenta e mais sujeito à fragmentação histórica ele fica. De modo geral, sociedades de caçadores-coletores necessitam de extensos territórios para suprir todas as suas necessidades. Mesmo para algumas dessas sociedades, relativamente sedentárias, por conta da abundância de certos recursos naturais concentrados em determinada área tributária, a extensão territorial costuma ser maior do que o de uma sociedade agricultora. Na Amazônia, isso favoreceu experiências diversas sobre uma grande variedade de recursos e nichos ecológicos, ao mesmo tempo em que permitiu intercâmbios interculturais e o fluxo contínuo de artefatos técnicos e sociais.

Estudos diversos têm mostrado que bem antes das sociedades agricultoras, os homens construíram diferenças sociais através de formas de exclusão e da formação de hierarquias sociopolíticas, mesmo nas etapas que antecederam a domesticação de plantas (LIMA, 2000, p. 285). Com isto, idéias de sedentarismo, desigualdade social, trabalho especializado, trocas a longas distâncias, arte elaborada, sepultamentos diferenciados, entre outras, tradicionalmente atribuídas à dicotomia entre caçadores-coletores x agricultores perdeu significado no estudo do desenvolvimento das sociedades humanas. Por outro lado, a idéia de que apenas mudanças econômicas são capazes de alterar fundamentalmente a organização social e política das sociedades vem sendo profundamente questionada (PRICE; BROWN, 1985; FLANAGAN, 1989; ARNOLD, 1996.). Há diversos fatores das mais variadas ordens (social, política, religiosa, etc.), que podem reorganizar completamente uma sociedade (CREAMER, 1996, p. 33). E foi justamente quando as antigas sociedades de caçadores-coletores amazônicos reorganizam suas práticas e

costumes milenares em prol de outros mais conscientes e voltados para uma vida com bases territoriais sedentárias, que a diversidade cultural se multiplicou, permitindo a sua pluralidade histórica.

Pelas evidências reunidas por nossas pesquisas em sítios encontrados nas grutas de Carajás (PA), e também daquelas provenientes de pesquisas realizadas por Roosevelt em Monte Alegre (PA), as sociedades de caçadores-coletores constituíram na Amazônia uma rede cultural com padrões típicos de floresta tropical, de forte traço regional, a qual vai ser chamada aqui, de Cultura Tropical.

Mas, o que se está entendendo como Cultura Tropical não é a Cultura de Floresta Tropical que Lowie (1963) definiu e Meggers (1961) e Lathrap, (1972) adotaram e, até certo ponto, aperfeiçoaram. Para alguns desses autores, além da cultura de floresta tropical não possuir traços arquitetônicos e nem refinamentos metalúrgicos, resignava-se com o cultivo de raízes e tubérculos, a pesca e a manufatura da cerâmica e traria implícita a idéia de difusão por meio de movimentações populacionais, dentro de um ambiente opressor e determinístico. Ou seja, estava relacionada, antes de tudo, às sociedades horticultoras. Já a Cultura Tropical está relacionada às sociedades de caçadores-coletores milenares que, inteiramente, alteravam e/ou adaptavam localmente, experiências espaciais universais, ao mesmo tempo em que forjavam padrões culturais originais, os quais fundamentaram as sociedades agricultoras posteriores, mas sem qualquer imperativo de movimentos difusionistas e/ou restrições causais determinísticas. Isto acarreta que, além do desenvolvimento tecnológico local da produção de cerâmica e do processamento de plantas, foi constituída uma territorialidade baseada no desenvolvimento de relações sociais e geopolíticas regionais tipicamente amazônicas.

Neste quadro de desenvolvimento regional, as influências externas eram filtradas e adaptadas a um sistema típico da Amazônia, que a população ancestral nativa consagrava como importante meio de sustentabilidade, através de práticas e técnicas econômicas, socioculturais e políticas locais.

É possível que os primeiros homens que conquistaram a Amazônia tenham chegado através das áreas abertas, representadas especialmente pelos cerrados que cobriam seus baixos chapadões, em pleno Pleistoceno Superior (BARBOSA, 2002). Na ocasião, o clima regional era menos úmido e menos quente, com grandes espaços abertos que facilitavam o deslocamento humano. Com o aumento da umidade e do calor, as florestas retomam parte do espaço ocupado por cerrados e outros ecossistemas, reduzindo os espaços abertos. Isto representou, por exemplo, o confinamento dos cerrados nas áreas onde o solo era mais pobre em nutrientes.

Paralelamente aos corredores pleistocênicos de cerrado dos baixos chapadões amazônicos, a floresta também já estava instalada nas áreas de maior umidade, como nas margens dos rios e nas áreas de solo mais rico em nutrientes. Assim, essas florestas também constituíam paisagens originais que, com o advento das condições mais úmidas e favoráveis do Holoceno, se expandiram sobre as coberturas vegetais típicas de climas mais secos. Isto ocorreu, sobretudo, naquelas áreas onde o solo era favorável, mas sobre os quais até então predominavam coberturas de cerrado.

Desse modo, seria justamente nas paisagens de/ou com elementos de cerrado que encontraríamos os sítios arqueológicos mais antigos da Amazônia, já que elas teriam sido a referência e o caminho natural dos seus primeiros habitantes. E não por coincidência, as datações mais antigas para a presença humana na

Amazônia são justamente provenientes de áreas onde existem elementos de cerrado. E nelas estão incluídas as datações dos sítios em grutas de Carajás (9.000 AP- Antes do Presente), localizados nas bordas dos platôs cobertos por uma vegetação de canga, onde sobressaem espécimes de cerrado e de caatinga, e da Caverna da Pedra Pintada (11.300 AP), no Baixo Amazonas, em cujo local também predomina uma vegetação de características semelhantes ao cerrado.

Isto não quer dizer que não haveria áreas florestadas ou com outro ecossistema, ocupadas pelo homem. As pesquisas de Miller (1992) no vale do Jamari (ocupado quase que continuamente desde 8.000 AP. até o contato com o europeu) e as de Roosevelt (1999), em Taperinha comprovam isto¹. Porém, essas ocupações, provavelmente seriam em menor escala. Por outro lado, como essas paisagens foram mais sensíveis às mudanças climáticas (BARBOSA, 2002, p. 102) e podem apresentar um quadro de ocupação mais contínua (ROOSEVELT et al., 1996), obviamente que os impactos sofridos foram muito grandes, dificultando a identificação delas hoje. De todo modo, é mais plausível supor que as áreas de savana oferecessem maiores atrativos no período inicial da ocupação humana na Amazônia. Já as áreas de florestas do Holoceno Inferior, com vanguardas humanas, além de limitadas, estavam sujeitas às alterações impostas pelas oscilações climáticas e também pelas oscilações do nível do mar.

A estabilidade climática, porém, muda a situação. A expansão das florestas, inclusive sobre antigas áreas de cerrado, favorecidas pela maior umidade do ar acaba por “ilhar” as paisagens de cerrado, tal como ocorre em Carajás, forçando o homem a sair do isolamento e penetrar e explorar a floresta. Deste modo, foram aqueles que obtiveram sucesso neste empreendimento, que forjaram as características fundamentais das futuras culturas amazônicas.

Chegou-se a esta conclusão porque: 1^o- estudos diversos demonstram que o Pleistoceno Superior, caracterizado pelo último estágio glacial, trouxe sensíveis modificações no quadro paisagístico da Amazônia; 2^o- essas modificações implicaram a inversão das formas tradicionais de paisagens, refletidas notadamente no quadro vegetal e na biomassa animal; 3^o - essa inversão, por sua vez, criou as condições para o delineamento do quadro atual; 4^o- paralelamente, uma grande leva migratória de homens chega na região junto com essas transformações; 5^o- essa população desenvolve suas ações e técnicas socioculturais juntamente com a consolidação da paisagem regional. Por tudo podemos afirmar que, desde 12.000 anos atrás, a Amazônia já teria sido conquistada por grupos humanos organizados em sociedades de caçadores-coletores, que exploravam seus diferentes nichos e, em especial, os de floresta, interferindo nela quanto mais o clima se estabilizava, a conhecia e dependia de seus recursos.

Os fortes indícios de que os costumes e sistemas das populações indígenas agricultoras, nada mais seriam do que a resposta regional de práticas experimentadas e aperfeiçoadas ao longo de centenas de anos por antigos caçadores-coletores de floresta tropical, implica a consideração de que a formação histórica de nossa História Anterior resultou num Processo Civilizador de longa duração. A idéia de que, evolutivamente falando, o ponto do destino é tão importante quanto o ponto de partida, força a revisão do atual paradigma, resultado da leitura linear da história mundial, que tem gerado seqüências muitas vezes absurdas e regularmente provisórias a respeito da antiguidade histórica sul americana. Fato estabelecido porque a preocupação não é com a gênese dos acontecimentos, mas com o evento preciso que deu início aos processos progressivos de um acontecimento supostamente único e universal. Acontece que a arqueologia tem

mostrado que: não há um começo absoluto; os acontecimentos só podem ser observados na duração e que na longa duração, os acontecimentos tomam sentidos e graus de intensidade cultural diversos. Assim, a idéia de aculturação através do difusionismo cunhada ainda no século XIX, hoje é apenas um item bastante subalterno diante das potências regionais de especiação cultural.

A gênese das sociedades antigas da Amazônia, enfim, ocorreu na floresta tropical e teve início com populações de caçadores-coletores de origem mongolóide, provavelmente há mais de 12.000 anos. Esta gênese constituiu um acontecimento histórico de longa duração. Quando os caçadores-coletores se tornaram suficientemente conhecedores dos recursos e dos limites da floresta, cujos ecossistemas, com os quais interagem, manipulavam antropogenicamente, eles superaram suas origens ao fazerem florescer sociedades agrícolas complexas, com relações interétnicas e políticas, talvez únicas no mundo.

Foi baseado no esquema proposto por Meggers, ainda na década de 1960/1970 que os diversos padrões arqueológicos da Amazônia foram organizados cultural e cronologicamente. Inicialmente, como horizontes-estilos Hachurado zonado, Borda Incisa, Policroma e Inciso Ponteadado (MEGGERS; EVANS, 1961). Posteriormente, o termo horizonte-estilo (continuidade espacial de traços culturais de rápida dispersão) foi substituído por Tradição (continuidade temporal ou sucessão regional de fases relacionadas). A essas Tradições, mais tarde foram incorporadas outras, como a Tupi-guarani e a Barrancóide, por exemplo. Mas, este esquema, conforme aumentava o seu sucesso entre os arqueólogos, com forte e duradoura influência sobre suas perspectivas teóricas e metodológicas, despertava muitas discussões e ressalvas (PALMATARY, 1960; LATHRAP, 1972; BROCHADO, 1984) culminando com o fulminante petardo

crítico lançado por Anna Roosevelt em (1992, p. 106-107).

Todos os pontos mais sensíveis do esquema foram criticados por Roosevelt, tais como o determinismo ecológico e a idéia conseqüente da limitação dos recursos ambientais amazônicos para o desenvolvimento de sociedades complexas; a idéia de que as tecnologias observadas (a manufatura da cerâmica, especialmente) e o cultivo de plantas foram introduzidos na região a partir de difusões culturais provenientes dos Andes e da Mesoamérica; a superestimação das fontes etnológicas contemporâneas e a subestimação das fontes etno-históricas e dos registros empíricos da própria arqueologia; finalmente, a artificialidade dos resultados obtidos por seus métodos de escavação e análises, que ignoravam todos os registros biológicos (restos orgânicos) por acaso existentes.

As principais assertivas dessas críticas foram as hipóteses de que: as antigas sociedades amazônicas apresentavam evidências de adaptações culturais locais às características do meio ambiente (que, por outro lado, mantinha a ecologia humana em evidência); os estilos artísticos, a subsistência e a tecnologia encontradas nas sociedades mais complexas teriam raízes em sociedades amazônicas mais antigas; as teorias derivadas da biologia evolutiva, que explicam o surgimento do progresso no registro paleontológico, podem ser aplicáveis à Amazônia; e que a intensificação da agricultura, com o aumento populacional aliado à introdução de novos métodos de produção, justificavam a grande densidade humana que habitava as áreas de várzea, em tempos imediatamente anteriores à conquista européia.

Não obstante a falta de evidência para algumas de suas suposições, o fato é que o

sucesso das críticas de Roosevelt foi significativo e desde então a arqueologia da Amazônia não foi mais a mesma. E a diferença principal não foi traçada pela mudança de perspectiva, que muitas vezes mostra mais semelhanças entre si do que diferenças. O interessante é que embora tenha havido um grande progresso, especialmente metodológico, com praticamente o abandono dos procedimentos aplicados pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológica na Bacia Amazônica (PRONAPABA)² e a ascensão de procedimentos positivistas mais vigorosos inspirados na *new archaeology*, na verdade, por não ter havido qualquer mudança de paradigma, o que restou foi um grande hiato teórico.

Mas, ao se constatar que o homem tem raízes, uma genealogia, uma memória étnica e uma consciência posterior à sua proveniência deve-se reconhecer, então, que o seu produto é um bem patrimonial que extrapola as especificidades expressadas por ele (FINKIELKRAUT, 1988). Ou seja, o todo é constituído de partes, mas um todo nunca é “o todo”, porém um fragmento de um todo muito maior. Enfim, o todo é um múltiplo, composto de múltiplos de múltiplos de múltiplos (BADIOU, 1996, p. 33). Portanto, não é porque as antigas teorias não conseguem explicar a realidade existente além desses fragmentos, que vamos ignorar a capacidade conectiva que a construção das grandes narrativas tem para entendermos a história. Essa história não é meramente global, no sentido de ser uma evidência isolada da existência. Deve-se entender que o regional, também, é um espaço do universal, mas subdividido em territórios particulares agrupados, para cuja construção histórica todos contribuem a partir de suas experiências locais. Ou seja, da perspectiva do espaço regional, não só temos o particular, como também o sentido global compartilhado. O espaço regional, com seu próprio sentido global, se insere no universal, não por ocupar um ponto de uma seqüência histórica

linear. Porém, por possuir um tempo particular cuja posição é uma variável não linear da totalidade universal da história humana.

Atualmente, na Amazônia, as pesquisas estão se consolidando no estudo da organização social e política das grandes “culturas pré-históricas” (COLIN; BARRETO; NEVES, 2001). Isto implica o esforço para se compreender qual era o grau de complexidade social que elas teriam alcançado; o tamanho real de suas populações e seus sistemas de subsistência; os sistemas de organização das atividades econômicas; as relações políticas desenvolvidas e o grau de influência delas sobre a organização da sociedade. Essas pesquisas têm confirmado que, apesar de certos aspectos permanecerem obscuros, algumas sociedades agricultoras antigas eram realmente bastante complexas, tinham um sistema sociopolítico sofisticado e exerceram influência cultural para além da região amazônica.

Pesquisas realizadas por Heckenberger (2001) no Alto Xingu revelaram que ali, a hierarquia social não se cristalizou de modo explícito em classes sociais rigidamente estratificadas. Pelo contrário, ele afirma que haveria forças sociais centrífugas reorientando as relações de poder. Diz que a “distribuição de poder, ou as disputas em torno deste, não eram uma mera hierarquia, mas uma hierarquia de centros de poder alternativos e muitas vezes em competição, dispostos de diversas maneiras de acordo com as condições” Heckenberger (2001, p.107) nos permite observar, que essas relações de poder representam duas forças antagônicas em acomodação, uma convergente e outra divergente, uma centrífuga e outra centrípeta, que bloqueia o fortalecimento de um “governo”, mas mantém o equilíbrio do “Estado”.

Por tudo, podemos compreender essa hierarquia como uma diferenciação qualitativa e

não como uma ordenação quantitativa, crescente ou decrescente dos poderes. É este tipo de estado da situação histórico-social que encontramos nas sociedades amazônicas. Segundo Foucault (1979), os poderes também se realizam pelo controle das populações, por um biopoder que age sobre a espécie humana, que avalia o conjunto segundo a manutenção da sua existência. Deste modo, a gerência do corpo social seria, segundo esta perspectiva, fruto de um tipo de poder determinado e exercido ao nível da espécie, diretamente ligado ao nascimento, à mortalidade, ao nível de vida e à sua duração. O “biopoder”, o “controle”, os “dispositivos de segurança” então, estariam nas origens da organização do espaço social. Mas o biopoder de Foucault refere-se apenas à política do corpo, ou seja, à ação do corpo orgânico individual sobre o corpo inorgânico social. Entretanto, levando este conceito para uma perspectiva mais profunda, observamos que o biopoder não se manifesta apenas pela expressão física sensual, porém, sutilmente, ao nível dos instintos também. Isto quer dizer haver de fato um biopoder inerente manifestando-se nas pessoas, independente da sua intenção consciente. À vontade de poder e de domínio, tal qual acontece com inúmeros animais gregários, enfim, é instintiva.

Para Weber (1994), por outro lado, havia a emergência, vez ou outra, de lideranças carismáticas. Porém, a capacidade de interferência dos líderes carismáticos sobre a comunidade só ocorreria em situações revolucionárias. Dentro desse mesmo viés, mais tarde, Foucault (1986) desenvolveria argumento semelhante através da idéia de formações sociais heterotópicas nas sociedades modernas. Mas na Amazônia encontramos uma série de exemplos que indicam que a liderança carismática seria uma relação de poder muito comum e independente de situações sociais revolucionárias. Existe mais do que suficiente

número de evidências para acreditarmos que o movimento migratório dos Tupis-guaranis, além de não ser de diáspora, não era nem de exceção, nem excepcional (CASTRO, 1986). Na Amazônia foi muito comum a interferência de forças conscientes que se contrapunham aos poderes tradicionais, mesmo àqueles alinhados a uma chefia hereditária.

Associados ao biopoder existem as redes de poderes (a quem ninguém escapa, mas também não domina), as lideranças carismáticas versus as lideranças tradicionais. Mas além desses aspectos, existe a diferenciação qualitativa como um conjunto de submúltiplos, os quais caracterizam os modos de ser dos poderes nas sociedades amazônicas. As hierarquias, então, para melhor nos aproximarmos do que parecia realmente acontecer, não era uma ordem social escalonada, orientada para uma centralização do poder. Era, pelo contrário, a organização dos poderes segundo a sua qualidade, orientada para várias direções socialmente valorizadas.

Toda sociedade organizada possui um estado da situação que extrapola as suas manifestações, quer pessoais ou coletivas. Segundo Badiou (1996, p. 149), esse estado é, antes de tudo, o múltiplo de todos os submúltiplos da sociedade. Nele o poder pode se manifestar através das relações sociais, dos mais diversos modos, mas nenhum deles pode conter a situação coletiva em si mesmo. A situação coletiva excede a soma de suas próprias diversidades componenciais. Por exemplo: o Estado excede os poderes, seja individual, seja institucional, porque ele não é o resultado da simples soma desses poderes, mas o conjunto intrincado disto tudo e muito mais.

Para Badiou (1996), o Estado só exerce sua dominação segundo uma lei que qualifica uma por uma todas as suas composições estruturais componentes, previamente conhecidas. Porém,

antes disto, o Estado ao mesmo tempo em que está absolutamente ligado à representação histórico-social, também está separado dela. Na verdade, o Estado é a garantia de que a sociedade é o resultado de todas as suas partes componentes, e não da consideração de indivíduos ou mesmo de organizações institucionais ou de classe. É a garantia de que o indivíduo não apenas pertence à sociedade, mas é aquele que está incluído nela.

Concomitantemente, podemos inferir que certos traços da complexidade social podem ser definidos antes de suas relações serem claramente conscientes e desenvolvidas a partir de experiências práticas e sensíveis, cognitivamente dominadas. Isto é, mesmo na ausência de um domínio cognitivo ou institucional legal, ações e objetos sociais complexos podem existir significativamente. Pesquisas etno-históricas mostram que no sistema das relações das sociedades amazônicas ocorreu a emergência de formações históricas paralelas e que a construção das relações políticas e econômicas mantinha práticas cooperativas e familiares que também aconteciam regularmente fora dos grupos lingüísticos. Nações multiétnicas se formaram pela força dessas práticas, que entre os Caribe e os Tupis, por exemplo, foram tão fundamentais, que não se registra qualquer terminologia diferenciando níveis de intercâmbio entre os grupos étnicos distintos que se relacionavam com eles. Não obstante, existir entre os Tupis o termo apropriado para definir estrangeiros, relacionado apenas àqueles com os quais não possuíam qualquer laço político ou comercial.

Podemos dizer que a totalidade da natureza regional amazônica foi transformada pela ação histórica milenar do homem, cujos fluxos técnicos culturais partiram de diferentes eventos locais, para formar um conjunto global com um mesmo o padrão comum subjacente. Por

isso que, por onde tenha passado o homem, os ecossistemas amazônicos deixam de ser mero resultado da natureza regional, para se caracterizar como um artefato técnico cultural de ordem global. Por outro lado, até onde podemos observar, não há qualquer evidência - seja no passado mais remoto, seja no passado mais recente - de que tenha sido criado qualquer artefato social centralizador, suficientemente forte, com fins de controle político e territorial. Muito pelo contrário, para onde quer que voltamos nosso olhar, seja para as sociedades de caçadores-coletores, seja para as sociedades agricultoras, sempre se observa que, apesar de existirem hierarquias de ordem natural (o biopoder), elas eram culturalmente abaladas por relações sociais centrífugas.

Portanto, desde o início da bem sucedida colonização da Amazônia há uma continuidade histórica de natureza cultural. No entanto, há uma clara diferença de ordem econômica e de qualidade na organização social das sociedades relacionadas, historicamente, à Cultura Tropical, com aquelas relacionadas às sociedades agricultoras, posteriores. Embora se observem continuidades, o fato é que houve uma reorganização geral da cultura, com novas expressões e valores. Por conta dessas mudanças é que, inaugurando um novo processo histórico, vamos chamar de Cultura Neotropical (MAGALHÃES, 2005).

Sabemos que na Amazônia por mais sedentária que seja uma sociedade, ela apresenta fluxos migratórios de diversas motivações. Essas migrações podem até ser completas, mas o mais comum é que tenham resultados de pequenas fragmentações internas de origem socioestrutural. O fato é que esses fluxos muitas vezes empurram seus agentes para fora de suas áreas familiares, onde então cruzam com novas experiências, sobre as quais influenciam e sofrem influências. Esses fluxos são divergentes e

convergentes, de modo que experiência adquirida é experiência transmitida. Experiência essa que se repete de modo diferente no sítio receptor, onde pode se fixar ou não, se popularizar ou não, mas sempre segundo o olhar condicionado dos agentes internos. Assim, os territórios sociais amazônicos foram se caracterizando, segundo a ação histórica dos sujeitos no lugar e os sujeitos do lugar foram se amalgamando, segundo o padrão comum regional.

As origens desse costume ainda não são conhecidas, embora seja claro que são bastante antigas e foi tão bem incorporado às relações socioculturais amazônicas, que permaneceu e se institucionalizou mesmo depois da estabilização do clima e da ausência de pressões econômicas e sociais heterotópicas significativas. O fato é que, tais costumes migratórios, estavam ontologicamente enraizados na cosmologia das sociedades humanas, que experimentaram o sentido da história na Amazônia.

As migrações, enfim, frutificavam da própria organização política das sociedades amazônicas. Essas migrações (de ordem econômica e geopolítica) ocorriam ao longo dos espaços vazios existentes entre os diferentes territórios socioculturalmente ocupados. Como os fluxos migratórios representavam um padrão comum, eram através desses espaços que se estabeleciam contatos interculturais e interétnicos, que organizavam e reorganizavam, localmente, os processos históricos regionais.

Os poderes tradicionais regionais - todavia fracos e controlados, durante séculos, por lideranças carismáticas mantenedoras de costumes migratórios relacionados à exploração dos recursos naturais e de organizações sociais centrífugas - só após o contato com o homem europeu, teriam encontrado razões históricas e culturais para a valoração de hierarquias³ sedentárias e de migrações de sobrevivência, em

virtude das perseguições dos conquistadores de além mar. Porém, no estado normal de existência das sociedades amazônicas, as crises de centrifugação do poder eram relações sociais comuns e não heterotópicas.

Heckenberger (2001, p.45), por exemplo, interpretou as estruturas de terra, em formatos geométricos e estradas cardinalmente orientadas, relacionadas a uma praça central, encontradas no Alto Xingu, como estruturas voltadas para a defesa. Mas sobre esta interpretação pode-se sobrepor uma outra, mais plausível. Schaan (2001) tem concluído em seus estudos sobre os tesos de Marajó e a cultura material neles encontrada, que vários aspectos culturais eram usados como instrumentos de comunicação social, para a manutenção de normas consagradas pelos diversos costumes estruturais da sociedade.

Outros estudos levados por Pereira (2001) permitem-nos concluir que esses instrumentos comunicativos podem ter tido uma origem bastante antiga. Eles teriam se transformado, segundo saltos promovidos pela acumulação cognitiva exponencial alcançada por diversas culturas, que inicialmente se expressavam nas representações rupestres, através de gravações e pinturas deixadas por inúmeros povos. Em algumas das representações rupestres mais antigas, pode ser observada, inclusive, tal como nos antigos e nos modernos Aruak, uma preocupação com alinhamentos astronômicos, talvez para a maior precisão da informação a ser transmitida. Posteriormente, cada vez mais, as sociedades neotropicais foram se expressando através da sofisticação de sua cultura material, fosse ela instrumental ou estrutural.

De modo geral, o que podemos notar nos estudos arqueológicos atuais (ROOSEVELT, 1992, 1999; HECKENBERGER, 2001; GUAPINDAIA, 2001; NEVES, 2001; SCHAAN, 2001, 2004;

MAGALHÃES, 2005) é que cada uma dessas sociedades, agrupadas com diferentes tradições, de fato apresentam características culturais próprias, que compartilham uma mesma noção comum subjacente, porém bastante mais significativa do que aquela atribuída por Heckenberger. Os elementos dessa noção comum, portanto, extrapolam os limites topográficos e, inclusive, os limites territoriais impostos entre os domínios da terra firme e da várzea (entre outros), já que eles se encontram no espaço-tempo muito mais amplo e longo da coexistência regional. Nisto, ficam incluídos elementos espaço-temporais antes nunca considerados, mas importantes não só para a definição geopolítica, como para as relações comerciais e os meios de exploração das reservas dos recursos naturais. Assim, várzeas, zonas costeiras, terras firmes das planícies ou altas, seus diferentes nichos ecológicos e todas as técnicas associadas, faziam parte dos domínios universalmente explorados pelo homem amazônico antigo.

As táticas de exploração de cada domínio e as técnicas daí derivadas, entretanto, implicavam em estratégias diferenciadas e ao mesmo tempo semelhantes para as diversas sociedades nelas instaladas que, complementarmente, mantinham uma produção interdependente. Isto tinha reflexo sobre a organização sociopolítica dessas sociedades, a qual era essencialmente, descontínua. Ademais, independentemente do grau de complexidade cultural que possuíam, essas sociedades apresentavam relações sociais comuns, que extrapolavam os processos históricos particulares de cada uma delas. Assim, fossem no Marajó, no Alto Xingu, no Alto Amazonas, ao longo das várzeas, em terras altas ou terras baixas, mil anos antes ou mil anos depois, até a invasão européia, os processos históricos das sociedades amazônicas convergiam para um mesmo atrator civilizador, que as identificavam mais entre si, do que com qualquer outra sociedade fora da Amazônia.

Com isso quer se dizer, que podemos substituir no todo, a incongruência técnica embutida na idéia de Tradição e suas Fases, não apenas por uma outra seriação histórica, em que fases podem ser entendidas como Culturas, como inclusive, essas Culturas podem ser inseridas numa rede histórica regional mais ampla, entendida como um processo civilizador com diferentes temporalidades históricas.

É por conta disto que se propõe a Cultura Neotropical como uma temporalidade histórica de longa duração, que se caracteriza como um processo civilizador de larga escala regional. A Cultura Neotropical, resultado de experiências levadas a cabo ao longo de milhares de anos, configura-se nas sociedades que já possuíam

uma agricultura desenvolvida, tinham aldeias relativamente sedentárias, relações culturais e políticas regional e inter-regionalmente formalizadas. Mas, isto tudo, dentro de um padrão social particular, que embora fosse hierarquicamente organizado, não era estratificado e nem possuía um centro de poder regulador ou que defendesse geopolíticas expansionistas. Sobretudo, o processo civilizador da Cultura Neotropical, em nenhum momento do desenvolvimento das sociedades a ele vinculadas, criou qualquer mecanismo de controle econômico, territorial ou político, tal como se observa, desde as origens, entre os Incas, Maias, Astecas, e em diversas outras sociedades norte-americanas, africanas, asiáticas ou ocidentais.

3 CONCLUSÃO

Ao contrário do que se pensava até metade da década de 1990, as evidências arqueológicas têm mostrado que a colonização humana da Amazônia, além de ter coincidido com o início do Holoceno, foi o resultado bem sucedido da integração do homem com a consolidação da natureza regional. Essa natureza, de características fundamentalmente tropicais, especialmente no que se refere à cobertura vegetal sofreu, ao longo de milhares de anos, influências significativas da ação histórica do homem. Paralelamente, na medida em que o ambiente explorado se transformava em um artefato e os homens se organizavam em sociedades locais enquanto formatavam um padrão cultural de caráter regional. Isto constituiu um processo civilizador de larga escala espaço-temporal, que forjou nas culturas amazônicas, não só um padrão comum

subjacente, como uma evolução autóctone de longa duração. Em um primeiro momento, ou período histórico, isto resultou na formação da Cultura Tropical, relacionada às sociedades de caçadores-coletores, que exploravam e manipulavam com sucesso, os recursos naturais amazônicos.

Foram as sociedades da Cultura Tropical que forjaram as características fundamentais das sociedades agricultoras posteriores. Quando, milhares de anos depois do início do desenvolvimento da tecnologia de produção da cerâmica e da domesticação de plantas, as sociedades transformam esses itens marginais em elementos fundamentais de suas economias e organização social, dá-se início a um novo processo histórico que chamamos de Cultura Neotropical.

Baseado em Melko, Braudel e Wallerstein, (apud HUNTINGTON, 1997), a Cultura Neotropical, também, se define como uma civilização, por compreender culturas, etnias e relações sociopolíticas originais que convergem para uma mesma noção comum subjacente, com sentidos, densidades, durações e diversidade territorial própria. A especificidade civilizadora da Cultura Neotropical, à luz da interpretação dos dados arqueológicos, caracteriza-se pelas relações socioculturais predominantemente descentralizadas; pelos modos de exploração cooperativo dos recursos naturais, pelas suas relações interétnicas e diversos outros traços

constantes na cultura material, tais como aqueles identificados na cerâmica ritualística produzida por diversos povos amazônicos.

Por último, convém observar, que se civilização implica em um conjunto composto por sociedades, culturas e histórias heterogêneas, convergindo para um mesmo padrão comum regional, então nenhuma de suas sociedades pode ser entendida como uma civilização em si. Desse modo, não teria existido uma civilização Marajoara, Tapajônica ou Aruak. Na Amazônia, todas essas culturas nada mais seriam do que variáveis socioculturais da mesma Cultura Neotropical.

NOTAS

1 Miller, E. (1992, p. 221) faz referências indiretas (estratigráficas) sobre o possível ambiente que os sítios por ele identificados como “paleoindígenas” (complexo cultural Periquitos) ocupariam, como sendo de savana arbórea e matas ciliares abertas.

2 O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológica na Bacia Amazônica (PRONAPABA), Coordenado, no Brasil, por Mário Ferreira Simões, do Museu Goeldi e Coordenação geral de Betty Meggers, do Smithsonian Institution, Washington.

3 O termo hierarquia neste artigo está sendo empregado como qualquer corpo graduado e escalonado de pessoas e/ou relações, na medida em que refletem diferenças de poder, autoridade ou prestígio. A hierarquia é um tipo de ordem social na qual as relações humanas são determinadas pelo grau de autoridade exercida por um grupo sobre o outro. Fonte: DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. E. Organizational transformation: power and labor among complex hunter-gatherers and other Intermediate Societies. In: ____ (Ed.). *Emergent complexity: the Evolution of Intermediate Societies*. Ann Arbor: International Monographs in Prehistory, 1996.

BADIOU, A. *O Ser e o Evento*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: J. Zahar, 1996.

BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do cerrado*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

BROCHADO, J. P. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Champaign: University of Illinois at Urbana, 1984. Doctoral thesis.

CASTRO, E.V. de. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: J. Zahar: ANPOCS, 1986.

COLIN, M.; BARRETO, C.; NEVES, E. (Org.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001.

CREAMER, W. Developing complexity in the American Southwest: a model for the Rio Grande Valley. In: ARNOLD, J. (Ed.). *Emergent complexity: the evolution of intermediate societies*. Ann Arbor: International Monographs in Prehistory, 1996. p. 91-106.

FLANAGAN, J. C. Hierarchy in simple "Egalitarian" societies. *Annual Review of Anthropology*, n.18, p.245-266, 1989.

FINKIELKRAUT, A. *A derrota do pensamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Of other places. *Diacritics*, v.16, n. 1, p. 22-27, Spring 1986.

GUAPINDAIA, Vera. Encountering the ancestor: the Maracá Urns. In: COLIN, M.; BARRETO, C.; NEVES, E. (Org.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001.

HAYS, Kelly A. When is a symbol archaeologically meaningful? Meaning, function and prehistoric visual arts. In: YOFFE, N.; SHERRATT, A. (Eds.). *Archaeological theory: who sets the agenda?* New York: Cambridge University Press, 1993.

HECKENBERGER, M. Estrutura histórica e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 D.C. In: _____.; FRACHETTO, B. (Org.). *Os povos do Alto-Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LATHRAP, D. Our father the Cayman, our mother the gourd: spinden revisited or a unitary model for the emergence of agriculture in the new world. In: REED, C. (Ed.). *Origins of agriculture*. Mouton: The Hague, 1977. p. 713-751.

_____. The tropical lowlands of South America. In: CONGRESSO INTERNACIONAL AMERICANISTAS, 34., 1972, Lima. *Actas y memorias...* Lima, 1972. p. 13-23.

LIMA, T. Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores/coletores do litoral centro-meridional brasileiro. Revista USP: dossiê antes de Cabral: arqueologia brasileira, São Paulo, v. 2, p. 270-327, 2000.

LOWIE, R. The tropical forest tribes: an introduction. In: STWARD, J. (Ed.). Handbook of South American Indians. New York: Cooper Publishers Inc, 1963. v. 3. p. 1-56.

MAGALHAES, Marcos P. A Phýsis da Origem: o sentido da história na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

_____. O tempo arqueológico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. (Coleção Eduardo Galvão).

MEGGERS, B. Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model of forest fragmentation. In: GHILLEAN, Prance. Biological diversification in the tropics. New York: Columbia University Press, 1982. p. 483-496.

_____; EVANS, C. An experimental formulation of Horizon Styles in the tropical forest of South America. In: LOTHROP, S. (Ed.). Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology. Cambridge: Mass Harvard University Press, 1961. p. 372-388.

MILLER, Eurico et al. Arqueologia nos empreendimentos hidroelétricos da Eletronorte: resultados preliminares. Brasília, DF: Eletronorte, 1992.

NEVES, Eduardo. Indigenous historical trajectories in: the upper Rio Negro Basin. In COLIN, M.; BARRETO, C.; NEVES, E. (Org.). Unknown Amazon. London: The British Museum Press, 2001.

PALMATARY, H.C. The archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil. Transactions of the American Philosophical Society, v. 50, n. 3, 1960.

PEREIRA, Edithe. Testimony in: stone rock art in the Amazon. In COLIN, M.; BARRETO, C. ; NEVES, E. (Org.). Unknown Amazon. London: The British Museum Press, 2001.

PRICE, T. D.; BROWN, J. A. Complex Hunter-Gatherers: retrospect and prospect. In: _____. (Ed.). Prehistoric Hunter-Gatherers: the emergence of cultural complexity. New York: Academic Press, 1985.

ROOSEVELT, A. Amazonian Anthropology: strategy for a new synthesis. In: Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives. Tucson: University of Arizona Press, 1994. p. 1-29.

_____. Arqueologia da Amazônia. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). História dos índios do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade São Paulo, 1992.

_____. O povoamento das Américas: o panorama Brasileiro. In: TENORIO, M. Cristina. Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

_____. The excavation at Coroza, Venezuela: stratigraphy and ceramic seriation. Yale University Publications in Anthropology, n. 83, New Haven, 1997.

SANTOS, Milton . A Natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHANN, Denise P. Into the labyrinths of Marajoara potters: status and cultural identity in: Prehistoric Amazon. In: COLIN, M.; BARRETO, C.; NEVES, E. (Org.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001.

_____. *The Camutins Chieftdom: rise and development of social complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon*. Universidade de Pittsburgh, 2004. Doctoral thesis.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: UnB, 1994. v. 1.